



# JORNAL da REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR - LESTE

§ 0.50

## SUMÁRIO

### GOVERNO:

#### Decreto-Lei N.º 26/2020 de 17 de Junho

Extinção da Unidade de Missão *ad hoc* para o Desenvolvimento Económico Sub-Regional Integrado e a Respetiva Estrutura Orgânica ..... 602

#### Resolução do Governo N.º 21/2020 de 17 de Junho

Designação pelo Governo dos Vogais que Compõem o Conselho Superior do Ministério Público ..... 604

### MINISTÉRIO DA SAÚDE:

#### Diploma Ministerial N.º 27/2020 laron 17 fulan juñu

Orientasaun Téknika kona-ba Prevensaun no Kontrolu Surtu COVID-19 iha Fatin Públiku ..... 605

### CONSELHO DE IMPRENSA:

Deliberação 8/2020 de 8 de junho ..... 608

para o desenvolvimento económico sub-regional integrado como uma estrutura de natureza temporária, com autonomia técnica, sob a direção e supervisão do Primeiro-Ministro e na dependência administrativa e financeira do Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros.

Decorridos que estão quase seis anos sobre a data de criação da referida Unidade de Missão *ad hoc*, entende o Governo ser adequado proceder à extinção desta estrutura, que sempre foi entendida como temporária, e cujas atribuições passarão a ser prosseguidas pelos órgãos e serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.

O presente diploma procede, assim, à revogação do Decreto-Lei n.º 17/2014, de 16 de julho, e à consequente extinção da Unidade de Missão *ad hoc* para o desenvolvimento económico sub-regional integrado, determinando a sucessão desta, pelo Estado, por intermédio do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, em todos os negócios jurídicos que por aquela hajam sido celebrados e se encontrem em vigor, com exceção dos contratos de prestação de serviços ou dos contratos de trabalho a termo certo que se extinguem com a entrada em vigor do presente diploma legal.

Finalmente, o presente decreto-lei determina a transferência para o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de todo o património da Unidade de Missão ora extinta.

Assim, o Governo decreta nos termos do n.º 3 do artigo 115.º da Constituição da República, para valer como lei, o seguinte:

#### Artigo 1.º Objeto

O presente diploma extingue a Unidade de Missão *ad hoc* para o desenvolvimento económico sub-regional integrado, criada pelo Decreto-Lei n.º 17/2014, de 16 de julho.

#### Artigo 2.º Extinção da Unidade de Missão

1. É extinta a Unidade de Missão *ad hoc* para o desenvolvimento económico sub-regional integrado, criada pelo Decreto-Lei n.º 17/2014, de 16 de julho.
2. A extinção da Unidade de Missão *ad hoc* para o desenvolvimento económico sub-regional integrado implica a extinção dos serviços compreendidos na respetiva estrutura orgânica.

### DECRETO-LEI N.º 26/2020

de 17 de Junho

#### EXTINÇÃO DA UNIDADE DE MISSÃO *AD HOC* PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO SUB-REGIONAL INTEGRADO E A RESPETIVA ESTRUTURA ORGÂNICA

Através do Decreto-Lei n.º 17/2014, de 16 de julho, o Governo criou a Unidade de Missão *ad hoc* para o desenvolvimento económico sub-regional integrado e aprovou a respetiva estrutura orgânica.

O referido diploma legal definiu a Unidade de Missão *ad hoc*

**Artigo 3.º**  
**Sucessão**

1. As atribuições que, de acordo com o Decreto-Lei n.º 17/2014, de 16 de julho, foram prosseguidas pela Unidade de Missão *ad hoc* para o desenvolvimento económico sub-regional integrado passam a ser prosseguidas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.
2. A titularidade dos direitos patrimoniais e não patrimoniais e obrigações que integrem o património da Unidade de Missão *ad hoc* para o desenvolvimento económico sub-regional integrado, qualquer que seja a sua natureza e forma, é transmitida para o Estado, ficando afetos ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.
3. São transmitidas para o Estado, por intermédio do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, as posições contratuais da Unidade de Missão *ad hoc* para o desenvolvimento económico sub-regional integrado, com exceção das que se refiram a contratos de prestação de serviços ou a contratos de trabalho a termo certo.
4. O presente decreto-lei constitui título bastante e dispensa qualquer formalidade adicional para a concretização das transmissões previstas no número anterior.

**Artigo 4.º**  
**Recursos humanos**

1. Os funcionários públicos que prestem a respetiva atividade profissional na Unidade de Missão *ad hoc* para o desenvolvimento económico sub-regional integrado passam a prestá-la nos serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, sem prejuízo de possível reafectação futura dos mesmos a outro serviço da administração pública nos termos da lei.
2. O disposto pelo número anterior é aplicável aos agentes da administração pública que prestem a respetiva atividade profissional ao abrigo de contratos administrativos de provimento.
3. Os contratos de trabalho a termo certo e os contratos de prestação de serviços dos recursos humanos da Unidade de Missão *ad hoc* para o desenvolvimento económico sub-regional integrado caducam na data a partir da qual o presente diploma legal produza efeitos.
4. A caducidade dos contratos de trabalho a termo certo e dos contratos de prestação de serviços prevista no número anterior não implica o pagamento de qualquer compensação ou indemnização aos trabalhadores ou prestadores de serviços cujos contratos caduquem.

**Artigo 5.º**  
**Revogação**

É revogado o Decreto-Lei n.º 17/2014, de 16 de julho.

**Artigo 6.º**  
**Produção de efeitos**

O presente decreto-lei produz efeitos no trigésimo dia após a sua entrada em vigor.

**Artigo 7.º**  
**Entrada em vigor**

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros, 21 de maio de 2020.

O Primeiro-Ministro,

---

**Taur Matan Ruak**

O Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação,

---

**Dionísio Babo Soares**

Promulgado em 10. 06. 2020

Publique-se.

O Presidente da República

---

**Dr. Francisco Guterres Lú-Olo**

**RESOLUÇÃO DO GOVERNO N.º 21/2020**

**de 17 de Junho**

**DESIGNAÇÃO PELO GOVERNO DOS VOGAIS QUE  
COMPÕEM O CONSELHO SUPERIOR DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO**

Considerando que o Ministério Público enquanto magistratura hierarquicamente organizada, independente e autónoma, que exerce a ação penal, assegura a defesa dos menores, ausentes e incapazes, defende a legalidade democrática e promove o cumprimento da lei;

Tendo em conta que o Conselho Superior do Ministério Público, para além do Procurador-Geral da República, que preside, é composto por dois vogais designados, respetivamente pelo Presidente da República e pelo Governo, e por dois vogais eleitos, respetivamente pelo Parlamento Nacional e pelos magistrados do Ministério Público, de entre os seus pares;

Considerando ainda que cada uma das entidades supra-mencionadas designa ou elege ainda um membro suplente, que substitui o membro efetivo nas suas ausências ou impedimentos;

Tendo em conta que os membros efetivo e suplente nomeados mediante Resolução do Governo n.º 5/2016, de 9 de fevereiro, chegaram ao termo do seu mandato, sendo necessário designar novos membros;

O Governo resolve, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 134.º da Constituição da República, da alínea d) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 14/2005, de 16 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 11/2011, de 28 de setembro, o seguinte:

1. Designar, para exercerem as funções de vogal e vogal suplente do Governo no Conselho Superior do Ministério Público, para um mandato de 4 anos, Timotio de Deus e Ana Paula Marçal, respetivamente.
2. Publicar em anexo, a nota curricular dos novos vogais designados pelo Governo.
3. A presente resolução produz efeitos no dia imediato ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros em 6 de maio de 2020.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro,

**Taur Matan Ruak**

**ANEXO**

**(a que se refere o n.º 2)**

**Nota Curricular**

**Timotio de Deus**

Licenciado em Filosofia e Teologia pelo Seminário Maior de Filosofia e Teologia de São Pedro e S. Paulo de Dili. Licenciado em Direito pela Universidade Widya Mataram de Yogyakarta, República da Indonésia. Mestrado em Direito Internacional pela “Transnational Law and Business University de Seul, Coreia do Sul. Curso de Advocacia no Centro de Formação Jurídica de Dili.

Tem vasta experiência e exerceu várias funções na área do Direito, nomeadamente como Investigador Jurídico e posteriormente como Diretor Executivo do Programa de Monitorização do Sistema Judicial (JSMP). Assumiu posições de destaque em Organizações Internacionais como Oficial Sénior de Programa Jurídico da Asia Foundation e United States Agency for International Development (USAID) como Consultor Jurídico Nacional.

Atualmente exerce as funções de Assessor Jurídico e Advogado da Empresa de Telecomunicações, Timor Telecom, S.A..

**Ana Paula Marçal**

Licenciada em Direito pela Universidade Nusa Cendana, Kupang, Indonésia.

Exerceu funções na Associação HAK, ligada a assuntos das mulheres e menores e deu formação sobre Direitos Humanos por todos os municípios.

Participou em várias ações de formação e conferências internacionais relacionadas com Direitos Humanos, violência doméstica e violência com base no género, entre outras.

Tem vasta experiência na área da pesquisa do Direito junto do Programa de Monitorização do Sistema Judicial (JSMP) e onde é a atual Diretora Executiva.

**DIPLOMA MINISTERIAL N.º 27/2020**

**loron 17 fulan juñu**

**ORIENTASAUN TÉKNIKA KONA-BA PREVENSAUN  
NO KONTROLU SURTU COVID-19 IHA FATIN  
PÚBLIKU**

Konsidera Pandemia COVID-19 ne'ebé kauza númeru mortalidade maka'as iha mundu tomak hanesan risku bo'ot ba saúde pública iha Timor-Leste, ho nune'e Prezidente Repúblika deklarasaun Estadu Emerjénsia ba dala tolu nian, liu husi Dekretu n.º 35/2020, 27 maiu;

Konsidera katak Governu hala'õ hela esforsu tomak no maka'as no tau atensaun máximu hodi responde ba situasaun refere liu husi Dekretu n.º 09/2020, 29 maio ne'ebé extende to'õ 28 juñu 2020, bazéia ba situasaun atuál iha rai laran nomós tuir informasaun siéntifika ne'ebé maka deskobre korelasaun importante entre infesaun husi COVID-19 ho prátika prevensaun no kontrolu ba infesaun bazéia ba ijiene ne'ebé di'ak no medida distansiamentu sosiál no fiziku;

Ho nune'e, atu fortelese esforsu ba kontensaun, mitigasaun no prevensaun pandemia COVID-19, importante tebes iha preparasaun no implementasaun medida sira hotu iha fatin públika ka komersiál sira hotu iha Timor-Leste laran tomak atu evita propagasaun no transmisaun moras COVID-19 iha territóriu laran;

Konsidera mós ba Planu Asaun Nasional ba Seguransa Saúde no Planu Kontinjénsia Emerjénsia iha Saúde Pública hanesan Coronavirus foun 2019 ne'ebé Ministériu Saúde adopta husi Organizasaun Mundiál Saúde hodi orienta ba preparasaun no resposta saúde pública iha âmbito pandemia COVID-19;

Nune'e, haktuir kompeténsia ne'ebé fõ mai Ministra Saúde iha republikasaun Dekretu-Lei n.º 14/2018, 17 agostu ne'ebé aprova Orgánika VIII Governu Konstitusionál nian no Dekretu Governu n.º 9/2020, 29 maiu kona-ba medidas ba Ezekusaun ba Deklarasaun Estadu Emerjénsia, Ministra Saúde aprova diploma tuir mai ne'e:

**Artigu 1.º**  
**Objetu**

Aprova orientasaun téknika sira ba prevensaun no kontrolu surtu COVID-19 iha fatin públika sira, iha aneksu, ne'ebé mak sai parte integrante husi diploma ida ne'e.

**Artigu 2.º**  
**Objetivu**

Objetivu husi orientasaun téknika ida ne'e mak atu:

- a) Prátika prevensaun, promosaun no kontrolu ne'ebé relasiona ho COVID-19 no moras hada'et sira seluk;

- b) Promove kultura no ambiente ida ne'ebé ijiene, saudável no seguru;
- c) Kria kondisaun hodi hala'õ atividade limpeza no dezinfeta fasilidade hodi sai hanesan atividade rutina ka regulár;
- d) Haforsa dezentvolvimentu setór saúde ba prevensaun no kontrola moras;
- e) Eduka no sensibiliza populasaun sira atu sai sidadaun ne'ebé komprende importánsia ijiene, saneamentu no prevensaun ba moras hada'et sira, hodi haforsa sétor determinante sósio-ekonómiku atu kombate risku sira ne'ebé relasiona ho saúde;
- f) Enkoraja públika atu bele halo advokasia ba prevensaun no kontrola moras iha instituisaun ida-idak, iha uma, familia no sira-nia comunidade.

**Artigu 3.º**  
**Ámbitu aplikasaun**

Orientasaun téknika ida ne'e aplika ba fatin públika no privadu ka komersiál, dezinadamente, hirak hanesan tuir mai:

- a) Gabinete no Eskritóriu
- b) Fatin Relijiozu
- c) Fasilidade Saúde
- d) Eskola, Universidade no Intitutu Formasaun
- e) Lojas no Merkadus
- f) Fatin Kulturál no Desportivu
- g) Semitériu

**Artigu 4.º**  
**Tama iha vigór**

Diploma ida ne'e prodús efeito iha loron ne'ebé hetan publikasaun iha Jornál Repúblika.

Publika.

Dili, 12 juñu 2020

Ministra Saúde

**dr. Odete Maria Freitas Belo, MPH**

Aneksu

**Orientasaun Téknika konaba Prevensaun no Kontrolu Surtu COVID-19 iha Fatin Públiku**

**I. ENKUADRAMENTU**

Konsidera Pandemia COVID-19 ne'ebé kauza número mortalidade maka'as iha mundu tomak hanesan risku bo'ot ba saúde pública iha Timor-Leste, ho nune'e Prezidente Repúblika deklarara Estadu Emerjénsia ba dala tolu nian, liu husi Dekretu n.º 35/2020, 27 maiu;

Konsidera katak Governu hala'o hela esforsu tomak no maka'as no tau atensaun maximu hodi responde ba situaun refere liu husi Dekretu n.º 09/2020, 29 maio ne'ebé extende to'ó 28 juñu 2020, bazéia ba situaun aktual iha rai laran nomós tuir informasaun siéntifika ne'ebé maka deskobre korelansaun importante entre infesaun husi COVID-19 ho prátika prevensaun no kontrolu ba infesaun bazéia ba ijiene ne'ebé di'ak no medida distansiamentu sosial no fiziku;

Ho nune'e, atu fortelese esforsu ba kontensaun, mitigasaun no prevensaun pandemia COVID-19, importante tebes iha preparasaun no implementasaun medidas hotu iha fatin públiku ka komersial sira hotu iha Timor-Leste laran tomak atu evita propagasaun no transmisaun moras COVID-19 iha territóriu laran;

Konsidera mós ba Planu Asaun Nasional ba Seguransa Saúde no Planu Kontinjénsia Emerjénsia iha Saúde Pública hanesan Coronavirus foun 2019 ne'ebé Ministériu Saúde adopta husi Organizasaun Mundiál Saúde hodi orienta ba preparasaun no resposta saúde pública iha âmbito pandemia COVID-19;

Nune'e, haktuir kompetensia ne'ebé fo'o mai Ministro Saúde iha republikasaun Dekreto-Lei n.º 14/2018 17 agostu ne'ebé aprova Orgánika VIII Governu Konstitusional nian no Dekretu Governu n.º 9/2020, 29 maiu konaba medidas ba ezekusaun ba Deklarasaun Estadu Emerjénsia, Ministra Saúde desidi atu aprova Orientasaun Téknika ba Prevensaun no Kontrolu Surtu COVID-19 iha Fatin Públiku sira hanesan tuir mai:

**II. ÁMBITU APLIKASAUN**

- a) Gabinetes no Eskritórius
- b) Fatin Religiozu
- c) Fasilidades Saúde
- d) Eskolas, Universidades no Intitutu Formasaun
- e) Lojas no Merkadus
- f) Fatin Kultural no Desportivu
- g) Semitériu

**III. OBJETIVU**

- a) Atu pratika prevensaun, promosaun no kontrolu ne'ebé relaciona ho COVID-19 no moras hada'et sira seluk;
- b) Promove kultura no ambiente ida-ne'ebé ijine, saudável no seguru;
- c) Kria kondisaun hodi hala'o atividade limpeza no dezinfeta fasilidade sai hanesan atividade rutina ka regulár;
- d) Haforsa dezentvolvimentu setór saúde ba prevensaun no kontrola moras;
- e) Eduka no sensibiliza populasaun sira atu sai sidadaun ne'ebé komprende importánsia ijiene, saneamentu no prevensaun ba moras hada'et sira, hodi haforsa setór determinante sócio-ekonómiku atu kombate risku sira-neebé relaciona ho saúde;
- f) Enkoraja públiku atu bele halo advokasia ba prevensaun no kontrola moras iha instituisaun ida-idak, iha uma, familia no sira-nia comunidade.

**IV. MATADALAN**

- a) Distansiamentu Sosial no Físiku
  - Distansiamentu sosial ka fiziku aplikavel tuir rekomendasaun Organizasaun Mundial Saúde (OMS) no padraun nasional ba prevensaun no kontrolu infesaun (PKI) COVID-19, mínimu metru ida entre ema ida ho ema seluk atu evita risku kontaminaun COVID-19 liu husi me'ar no fani.
  - Evita mós atividade sira hanesan desportu, tuur iha grupus, modelu halimar (*game*) ruma ne'ebe bele minimiza kriteriu distansiamentu sosial no kontaktu liman ka isin lolon.
- b) **Uza Maska** - Máskara hanesan ekipamentus protesaun individual, nune'e bele proteje individu ida husi ajente patojéniku ne'ebé hada'et liu husi gotikulas.
  - Uza máskara ho loloos tuir prosedimentu ne'ebe iha (taka husi inus letehen to'o keixu nia okos)
  - Iha modelu oioin ba máskara maka hanesan máskara sirurjika, N95 ka máskara produktu kaseira ne'ebé bele utiliza fila fali.
  - Máskara sirurjika no N95 nu'udar máskara médiku ne'ebé utiliza dala ida de'it (single use).
- c) **Higiene liman** - Iha forma rua ba hijiene liman:
  - Fase liman ho sabaun hanesan meius ida husi ijiene liman atu redus transmisaun COVID-19 - Ema ida idak prezisa banati tuir prosedimentu fase liman ho loloos tuir rekomendasaun Organizasaun Mundial Saúde

(OMS) no padraun prosedimentu operasaun nasional ba prevensaun no kontrolu infesaun (PKI) COVID-19.

- utiliza *hand sanitizer* (alkol, rub no produktu kazeiru) - Disponibiliza *hand sanitizier* iha kada odamatan antes tama ba fatin públiku, sala ka fatin administratisaun sira nian, iha haris fatin no sentina no fatin seluk ne'ebe presiza.
- Enkoraja atu ema ida idak sira atu bele lori *hand sanitizer* hodi nune'e bele utiliza bainhira sente katak liman hetan kontaminaun ka ho kolega suspeitu ruma.

d) Hela iha uma "Stay at Home": Sintomas no Sinais ba Infesaun Respiratória

- Akonsella ba ema hotu hotu (funsonáriu ka ajentes públikus, traballadores, komersiantes no empregáriu sira) karik hatudu sintomas no sinais ruma ba Infesaun Respiratóriu atu hela iha uma "stay at home" no lalika ba fatin públiku ka partisipa iha eventu ruma prezensial hodi nune'e hasees risku hodi hada'et no kontaminaun moras ba ema seluk.
- Wainhira sente moras, buka kedas assistensia saúde iha facilidade saúde ne'ebé besik liu (Hospital, Sentru Saúde no Postu Saúde ka Kliniku Privadu ruma).

e) Fatin Fase Liman

- Presiza iha instalasaun fatin fase liman ne'ebé kompletu ho bee móos ne'ebé suli atu fasilita prosedimentu sira ba fase liman nian ho lolóos.
- Fatin fase liman sira-ne'e tenke harii iha pontu entrada ka esensial sira hodi nune'e ema hotu hotu hodi pratika ijiene no saneamentu ida-ne'ebé adekuadu.

f) Prátika dezinfesaun instalasaun sira

- Mínimu hala'o desinfesaun semana ida, dala ru,a iha sala eskritóriu ka fatin públiku sira inklui objetu hanesan mobiliáriu (meja, kadeira no armáriu), haris-fatin no sentina, fase liman fatin no fatin seluk ne'ebe frekuentemente iha kontaktu ho liman.

g) Handy Thermo Scanner Digital Distance

- Uza handy thermoscaner atu identifika temperatura korporal individu ida ninian labele aas liu 38°C tuir padraun prosedimentu operasaun nasional ba prevensaun no kontrolu infesaun (PKI) covid-19.
- Handy thermometer scanner mós nu'udar instrumentus ne'ebé bele halo triajen hodi nune'e bele identifika ema hotu hotu ne'ebé tama iha area fatin no nune'e bele hasees ema ne'ebé isin-manas husi ema normal sira.

h) Fatin Lixo jeral

- Tenki tau fatin lixu jeral sira iha aredores fatin públiku ka komersial sira hotu atu labele soe foer arbiru no aumenta risku ba exposizaun infeksaun no frekuénsia limpeza.

i) Materiál Edukativu ba Promosaun no Prevensaun COVID-19

- Tenki iha material edukativu no informativu ba promosaun no prevensaun COVID-19 hanesan poster ka panfleto ruma taka iha didin lolon, informasaun báziku sira relasiona ho COVID-19.
- Informasaun báziku sira relasiona ho surtu COVID-19 bele fasilita utente no kliente sira inklui dirigentes sira atu bele foti asaun ne'ebe lalais bainhira deskonfia iha sintomas ka sinais ruma relasiona ho moras COVID-19.

## V. MEKANISMU IMPLEMENTASAUN

Mekanismu atu implementa matadalan ne'e bazeia ba kriteriu mínimu ba prevensaun no kontrolu infesaun surtu COVID-19. Instrumentu ne'e uza atu fasilita preparasaun ruma, iha institusaun ensinu superior sira molok hahú prosesu aprendizajen no fasilita instituisaun sira hotu atu hatene progresu implementasaun kriteriu mínimu ba prevensaun no kontrolu infesaun sira durante períodu kontensaun ka nível alerta 1 ba COVID-19.

Atu fasilita bele monitorizasaun no avaliasaun prontidaun fatin públiku sira hotu, agrupa iha koor tolu diferente hodi hatudu nível preparasaun. Nível sira-ne'e klasifika iha koor tolu maka hanesan MEAN, KINUR no MODOK. Ninia explikasaun maka hanesan tuir mai ne'e:

1. **MEAN** signifika pontus ne'ebé observa seidak iha ka seidak implementa;
2. **KINUR** signifika iha maibé la kompletu ka insufisente ka implementa parsial de'it;
3. **MODOK** signifika implementa kompletu tuir kriteriu minimu ne'ebé husu iha ponto observaun.

No	Ponto Observasaun	Nível Preparasaun			Observasaun
		La implementa	La kompletu	Kompletu	
1	Iha ka lae planu Distansiamentu Sosial ka fiziku (minimu metro ida)?				
2	Iha sirkulasaun no ventilasaun adekuada ka lae (janela, ar kondisionadu)?				
3	Iha ka lae stock máskara staff no utente/klientes sira?				
4	Iha ka lae instalasaun fatin fase liman iha portau entrada kompletu ho bee móos no sabaun?				
5	Fatin fase liman iha haris-fatin no sentina kompletu ho bee móos no sabaun ka lae?				
6	Kondisaun haris fatin no sentina móos ka lae?				
7	Haris fatin ka sentina ketak ka lae ba Mane no Feto?				
8	Iha ka lae <i>hand sanitizer</i> kolokadu iha sala, eskritóriu ka fatin ida?				
9	Iha ka lae Planu dezinfesaun ba fatin ka sala (minimu semana ida dala rua ka tolu)?				
10	Iha ka lae <i>handy thermometer scanner digital</i> hodi koko temperatura (minimu ida) iha fatin públiku ida?				
11	Iha ka lae fatin lixu koloka iha kada sala, eskritóriu ka fatin públiku?				
12	Iha ka lae fatin lixu jeral?				
13	Iha ka lae material edukativu no informativu ba promosaun no prevensaun COVID-19 iha fatin sira hotu?				

Bazeia ba Ponto Observasaun (MEAN, KINUR no MATAK) maka determina Kriteriu ka rekizitus ba prontidaun fatin públiku sira hotu konaba prevensaun no kontrolu COVID-19, maka hanesan:

- Koor MODOK hotu (husi 1 to'o 13) = Prenxe Rekizitus
- Koor MODOK LA Kompletu (Falta Pontu Observasaun balun) = Seidauk Prenxe Rekizitus
- Koor KINUR no MEAN hotu = La Prenxe Rekizitus

Instituisaun ka Fatin Públiku sira-ne'ebé Prenxe Rekizitus Ponto 1 (ida) bele hahú ka kontinua atividade tuir área servisu no sira-ne'ebé tama iha pontu 2 (rua) no 3 (tolu) solisita atu kompleta Rekizitus sira hotu molok hahú ka reativa fila fali atividade prestasaun servisu públiku ka privadu.

## **I. PERÍODU IMPLEMENTASAUN**

Matadalan ida ne'e sei hetan avaliaasaun no sei aktualiza tuir análise risku COVID-19 iha rai laran no tuir lalaok ne'ebe estabelese husi instituisaun Governu ne'ebe iha kompetensia atu hatu'ur orientasaun foun.

Ministériu Saúde agradese ba instituisaun hotu-hotu nia kolaborasaun ba bem komum no salvaguarda populasaun nia moris, liu husi ita hotu nia esforsu hodi luta hasoru epidemia COVID-19.

FIM.

### **DELIBERAÇÃO 8/2020**

**de 8 de junho**

Considerando que o Conselho de Imprensa, é a entidade administrativa independente que exerce as suas atribuições e competências sem qualquer sujeição a diretrizes ou orientações do poder político, no estrito respeito pela Constituição e pela Lei, nos termos do **artigo 42.º da Lei da Comunicação Social, Lei 5/2014, de 19 de novembro**;

Considerando que o Conselho de Imprensa tem por atribuições essenciais velar pela conduta profissional e ética dos profissionais do jornalismo e operadores dos meios de comunicação social, assim como, assegurar o cumprimento das condições de acesso e exercício da atividade jornalística de acordo com o **artigo 43.º** da citada lei e do **Decreto-lei n.º 25/2015, de 5 de agosto** que aprova o seu Estatuto;

Considerando as **Deliberações 6/2020**, de 14 de fevereiro, e **7/2020**, de 5 de maio, a primeira lançando a abertura do concurso, a segundo suspendendo o mesmo devido à Declaração do Estado de Emergência.

O Plenário reuniu-se, ordinariamente, em 8 de junho de 2020, com a presença de todos os seus membros, tendo discutido sobre a necessidade de aprovar o início e o tipo de concurso para a contratação de dois Diretores, um para a Direção dos Recursos Humanos e outro para a Direção de Registo e Apoio Jurídico.

Assim, o Conselho de Imprensa, no uso das competências próprias previstas no anexo do **Decreto-lei n.º 25/2015, de 5 de agosto, na alínea d) do número 4) do artigo 37.º**, delibera que:

- 1) Aprova a reabertura de concurso de recrutamento para Cargos de Direção e Chefia no Conselho de Imprensa, a saber uma vaga de Diretor na Direção de Registo e Apoio Jurídico, continuando o processo de recrutamento para a Direção dos Recursos Humanos;
- 2) No âmbito da decisão enumerada no número anterior, o Plenário delibera que:
  - a. A espécie de concurso de recrutamento é: concurso público, aberto a todos, nos termos da **alínea a) do número 1, do artigo 15.º, da Lei n.º 8/2004, de 16 de junho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5/2009, de 15 de julho**, para a vaga como Diretor do Registo e Apoio Jurídico, necessitando de um novo anúncio;
  - b. A espécie de concurso de recrutamento é: concurso interno, aberto a todos os funcionários públicos, nos termos da **alínea b) do número 1, do artigo 15.º, da Lei n.º 8/2004, de 16 de junho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5/2009, de 15 de julho**, para a vaga como Diretor dos Recursos Humanos, já tendo o Conselho de Imprensa candidaturas suficientes, passando os candidatos à fase de seleção seguinte: a prova escrita;
  - c. Os termos de referência para o Cargo de Diretor do Registo e Apoio Jurídico deverão estabelecer a descrição detalhada da função; os requisitos da seleção, as qualificações necessárias; os documentos exigidos; o perfil ético-profissional desejado.
  - d. Toda a tramitação do processo de recrutamento deve ser pautada pelo rigor, ser justa e transparente, ter por base o mérito, as competências profissionais e o respeito pela inclusão social e igualdade de género.
  - e. Os métodos de Seleção e Critérios de Avaliação são divididos em 4 etapas, a saber:
    - i. A avaliação curricular com base nos documentos pedidos;
    - ii. A submissão a uma prova escrita;

- iii. A entrevista profissional para os candidatos escolhidos; Dili, 8 de junho de 2020.
- iv. A seleção do candidato até ao dia 31 de julho de 2020. Publique-se.
- f. Ficam nomeados para júri para a seleção do candidato como Diretor da Direção dos Recursos Humanos, nos termos do **número 7 do artigo 27.º do Regulamento Interno**:  
O Conselho de Imprensa,  
O Presidente,
- i. José Maria Ximenes, Membro do Conselho de Imprensa;
- ii. Hugo Maria Fernandes, Membro do Conselho de Imprensa; **Virgílio da Silva Guterres**
- iii. Paulo Adriano da Cruz Araújo, Membro do Conselho de Imprensa; Os Membros,
- iv. Rigoberto Monteiro, Diretor Executivo; **José Maria Ximenes**
- v. Pessoa nomeada pela Comissão da Função Pública;
- vi. João Paulo Lourença da Costa, Fiscal Único do Conselho de Imprensa (suplemento). **Hugo Maria Fernandes**
- g. Ficam nomeados para júri para a seleção do candidato como Diretor da Direção de Registo e Apoio Jurídico, nos termos do **número 7 do artigo 27.º do Regulamento Interno**:  
**Paulo Adriano da Cruz Araújo**  
**Francisco Belo Simões da Costa**
- i. José Maria Ximenes, Membro do Conselho de Imprensa;
- ii. Hugo Maria Fernandes, Membro do Conselho de Imprensa;
- iii. Paulo Adriano da Cruz Araújo, Membro do Conselho de Imprensa;
- iv. Rigoberto Monteiro, Diretor Executivo;
- v. Pessoa nomeada pela Comissão da Função Pública;
- vi. João Paulo Lourença da Costa, Fiscal Único do Conselho de Imprensa (suplemento).
- h. Sem prejuízo do estabelecido nas duas alíneas g) e h), uma vez que está a decorrer a eleição para os novos membros do Conselho de Imprensa, os membros nomeados para júri poderão ser substituídos pelos novos nomeados.
- i. Os candidatos selecionados iniciarão funções em 1 de agosto de 2020.